

As origens de Brasília (II)

A Comissão Exploradora do Planalto Central, (conhecida mais por Comissão Cruls, pelo nome de seu chefe, Dr. Luis Cruls, cientista belga radicado no Brasil), ao definir em 1894 o território do atual Distrito Federal, aprofunda o peso das suas razões "no clima extremamente salubre em que o emigrante europeu não precisa de aclimação", razões essas, amenizadoras do fardo do homem branco nos trópicos.

Quem melhor complementa e expressa esse parâmetro é o botânico da Comissão, A. Glaziou, que assim se manifesta sobre a região do atual DF: "lembra-me o Anju, a Normandia, a Bretanha... dão à paisagem o aspecto mais aprazível e de que não há nada comparável, a não ser em miniatura dos antigos parques ingleses, desenhados por Le Notre ou Paxton". Quão perto tangencia Glaziou aqui a ordem paisagística autoritária e hierárquica do palácio-parque de Versailles e de seus sucessores ideológicos! Pertence ao mesmo Glaziou a idéia de "retocar" a secura do clima desses jardins naturais com a formação de um lago, ensejando estranhas consequências.

Conquanto reconhecesse problemas quanto à fertilidade do solo, Glaziou, graças à altitude e clima, gostaria de povoar seu jardim inglês "com árvores frutíferas, dos climas temperados, tais como pereiras, macieiras, figueiras, etc, e principalmente a vinha"... que ninguém é de ferro.

Justapunham-se em Glaziou, o "Paraíso Terreal" de Hipólito da Costa e as terras de minérios, leite e mel do sonho/viagem/profecia de São João Bosco, sedimentando-se todas essas idéias na antiga vertente, apenas majestática e geopolítica, do visconde de Porto Seguro.

Essa aparente dualidade florescerá mais intensamente no último quartel do nosso século com a diferenciação de propósitos e intenções de Brasília enquanto cidade e região e de Brasília capital do país, questão tão vital quanto de difícil solução.

Depois disso passa a idéia da mudança por longo meio século de ostracismo, entre a Comissão Cruls e a Constituinte de 1946, a qual a resgatou novamente, visto a fragilidade de uma capital marítima como o Rio de Janeiro e o recente exemplo da 2ª. Guerra Mundial. O assunto passou a ser tratado por militares graduados, especialistas em geopolítica, como o general Caiado de Castro, e importantíssimos, o marechal José Pessoa e o coronel-historiador Ernesto Silva. A mudança da capital para o Planalto Central havia se transformado em uma questão de segurança nacional por parte de um grupo de intelectuais da Escola de Guerra, que lutavam até mesmo com o antagonismo ou descrença de outros oficiais do Exército, como exemplo, o general Lott.

Tentando costurar tanto quanto podia a ideologia europeizante da Comissão Cruls, o general Poli Coelho chega a declarar por tortuosos caminhos que "a solução proposta ... pelo Dr. Luis Cruls contistui uma solução geopolítica ou, pelo menos, a melhor solução que até hoje pode ser dada ao problema da mudança da capital, no ponto de vista geopolítico, isto é, no ponto de vista que realmente convém ao problema".

Assim, enquanto, em 1948 o general Coelho resgatava numa ponta da meada o momento histórico da Comissão Cruls, o general Caiado de Castro e o marechal José Pessoa, em 1954, enganchavam em outra ponta os trabalhos então contratados com a firma norte-americana Donald Belcher and Associates para esmiuçar, com recursos modernos de interpretação aerofotogramétrica, os melhores sítios para a implantação da nova capital.

A área do novo Distrito Federal, que Luis Cruls determinara em 1894 como de 14.400 km², foi ampliada por Poli Coelho para 77.250 Km², por adições ao norte do quadrilátero Cruls, alegando-se necessidade de divisas naturais. O Congresso Nacional, no entanto, entendeu, em 1953, que a área em estudos deveria ser de 52.000 Km² (dos quais se retirariam 5.000 km² para o futuro D.F.), área espicada desta feita ao sul do quadrilátero Cruls original. É a região de onde se extrairá o relatório Belcher, abrangendo desde Goiânia até Unai.